

Espaço aberto

FERNANDO PEDREIRA

Há machucados morais, danos ou dores morais que parecem não se curar nunca. Não passam, por mais que passem o tempo e os governos. São como feridas antigas na perna de um mendigo, expostas à vista de todos, e que não cicatrizam, cobertas de moscas.

Uma dessas velhas feridas — nas canelas dos brasileiros, nas canelas dos cariocas (especialmente), e dos paulistas — é a polícia. Outra é a educação de base, o ensino primário. Outra, ainda, são os trens suburbanos que, no Rio e em São Paulo, maltratam, desservem e sacrificam diariamente milhares e milhares de pessoas humildes.

Já nos tempos da velha Central do Brasil e do doutor Getúlio era assim. A Central, antecessora da Fepasa e da Refesa, tornara-se um ninho de corrupção e incompetência, incapaz de oferecer aos usuários serviço decente. Quando eclodiram as primeiras grandes crises, ainda há quatro ou cinco décadas, o caminho que os governos da época encontraram para calar o escândalo foi nomear para a direção da central altas patentes do Exército. Por trás da honra militar e dos alamares da farda, a desidio e a roubalheira puderam continuar a prosperar em silêncio.

Hoje, depois de 18 anos de governos populistas, mais 20 de ditadura militar supostamente regeneradora, e mais quatro de Nova República, a situação dos trens suburbanos (e do transporte urbano, em geral) continua essencialmente a mesma, e cada vez mais grave, como atestam os enxames de "surfistas" ferroviários, as revoltas de usuários e os quebra-quebras repetidos e periódicos nas duas capitais.

Não é preciso muita imaginação para antever o que se descobriria na Refesa e na Fepasa, se se mandasse fazer nelas auditorias independentes, como as que o ex-ministro Gusmão mandou fazer no IAA e no IBC, a seu tempo. Os motins, as greves e as depredações exprimem a raiva impotente dos populares diante de um serviço cuja má qualidade apenas reflete os efeitos acumulados de décadas a fio de corrupção, empregismo e incompetência administrativa nos vários escalões, desde os mais altos, desde os ministros encarapitados nos seus ministérios.

Quanto à segunda ferida aberta e coberta de moscas, a polícia, sabíamos todos, há tempos, que cidades como o Rio e São Paulo são infestadas por dois grandes aglomerados de delinquentes. Um

O penúltimo tango



desses aglomerados trabalha para o governo e constitui (com raras e modestas exceções) à polícia. O outro aglomerado trabalha por conta própria (embora freqüentemente ligado ao primeiro) e constitui o que usualmente chamamos de bandidos, isto é, delinquentes que se organizam em bandos mais ou menos independentes — e cada vez mais numerosos, mais prósperos e bem armados, nesses tempos em que o multimilionário narcotráfico juntou-se às suas antigas pepineiras: o jogo do bicho, o contrabando, a prostituição e o resto.

Esta semana, no Rio, a chaga policial expôs-se à luz do dia com mais clareza, talvez, do que nunca. A greve da polícia carioca levou às primeiras páginas dos jornais os nomes, os retratos e os prontuários dos líderes da classe: um denominado "Formiga" e outro denominado "Sivuca", que não se deve confundir com o conhecido músico popular.

Além de assim comprovar o nível e a qualidade dos mais destacados quadros policiais, a greve, com suas agressivas manifestações, mostrou que o governo estadual está tão desmorulado e desarmado diante dos seus próprios delinquentes (os oficiais) quanto as famílias e os cidadãos costumam estar diante dos traficantes e dos assaltantes de rua.

Viva a greve, pois. A greve é um instrumento democrático, quanto mais não seja porque põe a

das necessidades crescentes da população — enquanto crescia velozmente o PIB e até a renda per capita — mostra bem a Nação que somos, as elites que temos, e os governos que as têm representado.

De 1930 para cá tivemos um pouco de tudo: ditadura estadonovista getuliana até 1945; domínio crescente da demagogia populista até 1964; "moralização" militar-tecnocrática até 1984; e, enfim, a grande bagunça democrática da Nova República. Ao fim dessa longa escalada, o Brasil é, cada vez mais, um país onde só vivem decentemente aqueles que podem prescindir dos serviços do Estado em matéria de transporte, educação e polícia: os que podem pagar do próprio bolso escola, automóvel e segurança particular para suas casas, lojas ou fábricas.

E os impostos, que todos pagam, para que servem? Houve sem dúvida razões ideológicas e até patrióticas por trás do sistemático desvio dos fundos públicos, nos últimos 50 anos, mas não haverá exagero em dizer que o que sobretudo orientou e orienta as prioridades dos nossos sucessivos governos, militares e civis, foi e continua a ser um soberano fator: o dinheiro, a perspectiva do faturamento a curto prazo.

Investiu-se naquilo que pode render mais e mais depressa; naquilo que costuma produzir gordas comissões grandes lucros, lautos empregos, e bons dividendos políticos. Vale dizer: as grandes empreitadas, monumentais obras públicas, bancos, empresas estatais, hidrelétricas, universidades. Limpar e policiar ruas, educar crianças, capinar terrenos baldios, transportar trabalhadores ficou sendo preocupação de mediocres pouco ambiciosos, à margem das grossas artérias onde corre o dourado sangue do desenvolvimento...

Bem feitas as contas, não podia ser mesmo de outro modo num país governado por uma elite política ignorante, ávida e corrupta como esta que hoje povoa as bancadas do nosso Congresso Nacional. E eis aí mais uma ferida aberta a sangrar e doer no peito dos brasileiros: deputados destituídos de vergonha e de espírito público, que acintosamente legislam em causa própria, aumentando os próprios vencimentos, criando horários gratuitos na televisão para si próprios e seus candidatos, promovendo "treins da alegria", recusando até mesmo os magros cortes nos gastos oficiais pedidos pelo próprio governo. Um Congresso que desmoraliza e avulta o regime democrático do qual devia ser o principal sustentáculo.

Enfim, resta o consolo de que no próximo ano, com um novo presidente, as coisas mudem. Quem sabe, para pior...

Fernando Pedreira é jornalista e foi redator-chefe do Estado e do Jornal do Brasil.